

Debate da mesa-redonda “Democratização, mediação e sociabilidades na saúde no contexto latino-americano”

Coordenação: Alda Lacerda

Alda Lacerda – Gostaria de agradecer aos colegas pelas importantes contribuições e refletir sobre a pergunta inicial de Paulo Henrique Martins de como fica o Sistema Único de Saúde (SUS) neste contexto. Essa discussão é importante no momento atual, com o processo de desmantelamento do SUS, a privatização e o setor privado cada vez mais forte. Esta mesa nos traz a possibilidade de uma análise crítica da saúde na América Latina de diferentes perspectivas e abordando diferentes aspectos.

Nora Garita nos traz o caso da América Central, onde a democracia convive com a desigualdade social crescente, e ressalta questões importantes para as discussões de gênero, ao compartilhar conosco os índices de “femicídio”. Gostaria de ouvir um pouco mais sobre isso, de modo a refletir sobre a possibilidade de repensarmos um “alfabeto de gênero” que permitisse ampliar a visibilidade das questões apresentadas.

Além disso, Nora também falou de um padrão de “poder colonizador”, fruto da política neoliberal, que se mantém nos dados de saúde e nas situações de pobreza e que me parece remeter à luta por reconhecimento social, tema que também emerge na fala de Paulo Henrique Martins. Axel Honneth (2003) aborda as diferentes formas de reconhecimento social na sociedade, e quando Nora sinaliza a questão da desigualdade, algo que também foi trazido por Ximena Sánchez, refleti como essas questões nos permitem discutir o tema da luta por reconhecimento social.

Quanto às redes sociais, Nora Garita também nos disse que existem poucos estudos sobre redes, sendo que os existentes abordam a dimensão privada, e não a pública. O fato é que temos observado esse mesmo padrão de “poder colonizador” na configuração das redes sociais hoje. Como poderíamos romper com essa lógica?

As reflexões sobre o dom e a dádiva que Paulo Henrique Martins retoma da obra de Marcel Mauss talvez nos ajudem a pensar algumas questões. Hoje, muitos pesquisadores estudam o dom na sociedade contemporânea, entendendo-o como um sistema de ação social: temos o sistema de trocas do mercado, operando com base em uma lógica binária “dar e receber”, e outro sistema de trocas no qual opera o dom, e que se configura na tríade “dar, receber e retribuir”. No sistema organizado em torno do dom, os bens simbólicos e materiais circulam como elementos que propiciam a manutenção dos vínculos sociais. A dádiva perpassa as esferas do público e do mercado, pelo menos nos casos em que prevalecem as relações sociais. Caillé (2004) nos fala de uma *sociabilidade primária*, na qual as relações são mais importantes do que as funções que as pessoas exercem, e de uma *sociabilidade secundária*, na qual as funções exercidas são mais importantes que as relações interpessoais. Nas relações institucionais, prevalece a sociabilidade secundária; já nas relações de sociabilidade primária, há maior circulação do dom. Nesse sentido, como entender a dádiva nos estudos sobre redes? Como pensar os estudos de rede neste panorama, dentro da conjuntura que Nora Garita nos descreve?

Em relação às questões trazidas por Ximena Sánchez, fiquei com dúvidas em relação ao tema do aborto, sobre ele ser ou não proibido no Chile. Em dado momento de sua fala, você sinalizou que a sua percepção sobre as dinâmicas de inclusão/exclusão em relação à pobreza é diferente daquela que Marcelo Arnold Cathalifaud compartilhou ontem conosco, na mesa-redonda “Estado, democracia e políticas públicas de saúde na América Latina”.¹ Eu gostaria que você explicasse um pouco mais essa diferença.

Quanto às políticas compensatórias num contexto de capitalismo selvagem, parece-me que temos um conjunto de questões muito semelhantes às que encontramos no Brasil. Ximena nos mostrou, por meio de estudos de avaliação, o quanto as políticas compensatórias de fato não produzem mudanças estruturais, principalmente porque a dimensão da pobreza é importante com suas dimensões estruturais e multifatoriais, lembrando a dimensão relacional de pobreza, uma ideia que já encontramos em Simmel (2002).

Victor Valla (1998) costumava dizer que em uma política de capitalismo globalizado, como temos atualmente, seria preciso pensar na organização social a partir de um *duplo caminho* (uma referência ao

¹ Cujo debate também está reproduzido neste livro.

“duplo caminho” peruano): por um lado, pressionar o Estado para a conquista de direitos; por outro, realizar algumas ações que seriam, ao menos teoricamente, obrigações do Estado. Daí o duplo caminho: realizar concretamente e por meio da ação direta, ao mesmo tempo em que se organiza a luta política para a conquista de direitos. Assim, gostaria de perguntar até que ponto as políticas compensatórias não estão operando com base em uma solidariedade meramente caritativa, em vez de operarem com uma solidariedade democrática, que emancipe as pessoas de fato? Que estratégias lhe parecem viáveis para que essas políticas beneficiem esses sujeitos, não como sua única opção, mas como uma forma de enfrentamento diante das crescentes desigualdades?

Para Paulo Henrique Martins, gostaria de parafrasear a pergunta que ele mesmo formulou no início de sua apresentação. Assim, pergunto como podemos pensar as questões que você nos trouxe em relação ao SUS. Houve um momento em que você falou algo sobre não haver saída para o Brasil sem que se façam articulações em nível latino-americano, e a expressão das pessoas na plateia diante desse “não ver saída” foi de espanto e preocupação. Lembrou-me uma vez em que, numa reunião de um grupo de pesquisa, Víctor Valla falou que a pobreza nunca ia acabar: a reação

no rosto das pessoas foi semelhante à que eu vi aqui hoje. Eu entendo que Paulo Henrique aponta para algumas rupturas possíveis no sistema, e gostaria que você falasse um pouco mais sobre isso, mas na perspectiva do SUS.

Nora Garita – Parece-me que os dados nos mostram que nesses países de que falávamos, nos quais mais de 80% das pessoas solucionam seus problemas de saúde e de educação recorrendo a redes informais, comunitárias ou familiares (e aí o peso das mulheres é muito forte), funciona a lógica da dádiva. Creio que essa mediação conceitual que Paulo Henrique nos recorda, da dádiva como lógica de funcionamento, é perfeita. É ela que tem funcionado, tradicionalmente, criando laços solidários os quais têm permitido às comunidades sobreviverem em condições de muita pobreza e exclusão.

O que ocorre com o capitalismo selvagem? À medida que ele se desenvolve, que transforma as suas lógicas de mercantilização e de competição, o capitalismo vai rompendo com a solidariedade, em situações de mínima proteção estatal. Creio que reside aí a explicação da violência na América Central, mesmo depois dos acordos de paz firmados nos anos 1980. Agora, porém, as causas da violência são outras: há uma ruptura dos

laços solidários, expressa no desaparecimento da lógica da dádiva e na emergência de uma lógica da competição. E isso também tem relação com a lógica das mortes das mulheres, dos feminicídios.

Eu não sei se vocês conhecem aqui no Brasil o caso da cidade de Juárez, no México. Ainda que essa cidade esteja situada fora da América Central, creio que é um caso emblemático. Em Juárez, há mulheres assassinadas todos os dias. Trata-se de um caso extremo, mas eu trouxe dados que nos permitem dizer que há hoje, na América Central, índices alarmantes de feminicídio, e eles nos permitem considerar esse fenômeno como um problema de saúde pública. Convém alertar: se a lógica de competição se desenvolve dentro de um sistema patriarcal, essa onda de violência contra as mulheres pode se repetir em qualquer lugar. No caso extremo de Juárez, ou nos casos preocupantes de que lhes falei, em El Salvador e na Guatemala, observa-se uma lógica patriarcal, capitalista e plena de violência, entre homens. São homens entre homens, que se vingam em um território. E que território é esse? É o corpo da mulher. Disputas masculinas sobre o território do corpo das mulheres. Então temos uma lógica perversa, em uma estrutura na qual se observa a ruptura das relações de dádiva,

concomitante à emergência de lógicas de competição selvagem, capitalista, em que o único bem que permite dirimir disputas é o corpo da mulher. Parece-me que é esse o ponto de articulação entre as mudanças nas lógicas de solidariedade e o aumento brutal de feminicídios.

Por fim, Alda Lacerda me pergunta como vou fazer para promover estudos sobre o tema das redes. De fato, esse tema me parece muito interessante. Eu sou diretora de um centro de pesquisas e estudos da mulher na Universidade da Costa Rica, e vou levar para lá tudo o que aprendi neste encontro, especialmente aquilo que Paulo Henrique tem produzido em termos de estudos sobre redes sociais. Eu creio que é preciso estudar com uma metodologia participativa, mas não no sentido tradicional, quando se participa do cotidiano de uma comunidade e depois o pesquisador desaparece. Falo de uma lógica participativa que aponte para uma perspectiva de transformação, de permanência, na qual as próprias mulheres podem estudar as suas próprias redes a fim de se apropriarem de todo o processo de reconstrução do tecido social rompido pelo capitalismo selvagem. Para construir, enfim, um modelo capaz de restabelecer os vínculos tradicionais, esfarrapados pela competição e pela mercantilização das relações entre as pessoas.

Ximena Sánchez – Quero começar problematizando a questão referente à diferença de visão em relação ao tema das dinâmicas de inclusão/exclusão levantado por Marcelo Arnold Cathalifaud. Penso que se trata de uma diferença sutil. Para mim, o tema da inclusão não possui grande relevância, pois penso que devemos nos preocupar com a exclusão. Falamos de inclusão porque me parece que não nos atrevemos a “meter a mão” no tema da exclusão. Isso ocorreu com relação ao meu trabalho: em dado momento me perguntaram por que eu não falava de inclusão. O fato é que eu não vejo porque falar do contrário. São conceitos que poderiam inclusive ser tratados como equivalentes. Parece-me, no entanto, que a questão central é o tema da exclusão, que pode ser traduzida em indicadores concretos, pela relação entre vulnerabilidade e pobreza.

A vulnerabilidade é um conceito muito explicativo, mas que não chega a tratar em profundidade o que significa perder todas as suas condições de direito. Já a pobreza – creio que isso não ocorre apenas em meu país – geralmente é tratada do ponto de vista quantitativo, sem uma visão qualitativa, e sempre a partir da divisão entre pobreza relativa (quem é pobre no Chile não é pobre em Calcutá) e pobreza absoluta (ausência de condições mínimas de

saúde, educação, acesso a direitos etc., conforme as Nações Unidas). Em torno do conceito de pobreza, portanto, há uma série de discussões, com transformações constantes: antes se falava de “extrema pobreza”, agora se fala de “pobreza dura”. Eu diria que são conceituações, definições, que nascem em contextos teóricos diferentes. Como eu opero com base em dados empíricos, não me preocupo tanto com conceitos, e sim com processos. No entanto, quero dizer que gosto muito do conceito de “capitalismo selvagem”, porque, afinal de contas, ele é realmente selvagem.

Alda Lacerda também pergunta sobre os limites e as possibilidades das políticas compensatórias, o que se pode fazer por meio delas. No caso do meu país, é preciso começar dizendo que o Chile não realizou uma reforma tributária que leve as pessoas dos níveis mais altos da pirâmide social a pagarem os impostos que devem pagar. Hoje, a classe média é quem paga a maior parte dos impostos do país. Sem essa reforma tributária, não será possível fazer nenhuma mudança estrutural mais profunda. Posso dar um exemplo: não há ensino superior gratuito nas universidades públicas do Chile. É preciso pagar para estudar. Nenhum estudante tem acesso gratuito a nenhum curso superior. Aqueles que receberam financiamento precisam quitá-lo ao final de seus cursos.

A única possibilidade é conseguir uma bolsa de estudos de alguma organização. Do contrário, paga-se, e muito. A mensalidade de um curso de medicina em uma universidade estatal custa cerca de 250 mil pesos chilenos (cerca de 500 dólares americanos). Além disso, as universidades não estão autorizadas a permitir que estudantes de graduação ou de pós-graduação prestem exames ou façam as suas defesas de tese se estiverem com mensalidades em atraso. Por isso, a função de “cobrador” parece ter se tornado uma realidade nas universidades estatais. Estamos vivendo uma situação dramática. Atualmente, apenas 20% do orçamento universitário vem de repasses do governo; os restantes 80% precisam ser levantados pela cobrança de mensalidades, ou captando recursos externos, sobretudo por meio de projetos de pesquisa. Trata-se de uma situação muito difícil e não se sabe por quanto tempo mais será possível suportar.

Em um contexto como este, as políticas compensatórias ajudam a diminuir a gravidade das situações. Se voltarmos à tabela em que se apresenta o índice de Gini (tabela I), é possível observar as rendas monetária e subsidiada: a primeira corresponde à renda familiar proveniente de salários; a segunda, aos subsídios estatais agregados por meio de políticas compensatórias.

Tabela I. Chile: índice de Gini (1994-2009).

	Renda monetária	Renda subsidiada
1994	0,57	0,55
1996	0,57	0,56
1998	0,58	0,57
2000	0,58	0,58
2003	0,57	0,56
2006	0,53	0,54
2009	0,53	0,55

FONTE: Chile, 2009.

Não se pode dizer que esses investimentos estão diminuindo a desigualdade. Vemos nos dados do ano de 2009 que o índice Gini correspondente às rendas monetárias está na faixa de 0,53, enquanto nas rendas subsidiadas situa-se na faixa de 0,55. Como se vê, as diferenças em termos de diminuição da desigualdade são mínimas. Trata-se de um paliativo, de uma ajuda, mas não se pode dizer que, com base nisso, será possível construir mudanças estruturais. Reformas estruturais são necessárias, sobretudo nas formas de tributação.

A respeito disso, o que propõem os pesquisadores que trabalham com o tema? Eles afirmam que é preciso investir em políticas públicas de terceira geração, construídas por meio do diálogo, com a participação direta da população. O Chile é um país muito vertical, com forte

tradição autoritária, e isso dificulta a produção de políticas públicas mais adequadas à cultura e às necessidades das pessoas. Neste momento, estou terminando um projeto com a minha equipe sobre a elaboração de um modelo de gestão em saúde a fim de capacitar e preparar os profissionais da área de saúde para que, além de simplesmente aplicarem diretamente os benefícios, possam também demonstrar, de modo contextual e integral, de que maneira a aplicação das políticas de saúde e de assistência social pode trazer maiores benefícios. Faz dois anos que estamos envolvidos com esse projeto, que agora está chegando ao fim.

Paulo Henrique Martins – Agradeço a Alda Lacerda por esta chance de discutir algumas das questões levantadas com base em minha fala. Há vezes em que uma frase mal colocada pode gerar impressões diferentes daquilo que gostaríamos de dizer. E esclareço que não se trata de abandonar o SUS, mas de atualizar a agenda das lutas coletivas. E essa atualização da agenda depende da nossa capacidade para ampliar a discussão sobre o processo latino-americano, do qual fazemos parte. Entender também que alguns processos de ruptura são mais rápidos e outros mais lentos. O SUS é um processo de ruptura, dentro da tradição das políticas públicas no

Brasil, a partir de lutas importantes do movimento sanitário. Se pensarmos no caso da educação, vemos que ela ainda se divide em um velho modelo, que separa as políticas públicas entre assistencialistas e privatistas. Ainda há uma visão intervencionista, assistencialista, que tem como objetivo salvar os jovens pobres, por meio da escolarização. O SUS é um passo à frente desse modelo assistencialista e privatista, no caminho dos direitos republicanos (participação, acesso universa, etc.), que são os direitos da socialdemocracia. Nesse sentido, o SUS representa o que há de mais avançado no universo brasileiro das políticas públicas, na vanguarda do nosso processo de democratização. O que eu quis mostrar é o fato de que esse processo possui limites históricos; afinal de contas, o ideal da socialdemocracia, em um país profundamente desigual como o nosso, tem limites. Como garantir universalização quando a diferença de renda é de 1:50?

Então, temos de atualizar nossa agenda, e isso implica abrir-se à compreensão de outras agendas. A partir do SUS, fortalecemos uma agenda republicana, associada à socialdemocracia, com suas respectivas lutas – direitos civis, direitos políticos, direito à identidade etc. Mais recentemente, a realidade da desigualdade e da exclusão no Brasil tem levado a

militância dos movimentos sociais à compreensão de que a pauta da inclusão é insuficiente, de que garantir o reconhecimento de direitos por parte do Estado é muito pouco. Não se trata mais de garantir o acesso universal à proteção social, porque isso não é possível. As pessoas têm de assumir responsabilidades nos processos de gestão da saúde nos seus bairros, nos seus domicílios, porque o sistema não tem recursos para atender às demandas de uma sociedade tão desigual, que não cessa de reproduzir exclusões em nível local, em um sistema de recolonização por meio do consumo e das práticas, pela propaganda. A luta não pode reduzir-se à exigência de mais financiamento para a saúde, mais postos de saúde, mais remédio de graça. Isso não resolve, isso não basta. O problema é maior. O sistema de exclusão é maior. A produção de exclusão e de colonização é maior.

Caberia, então, avançarmos na direção de um segundo tipo de direito. É como se pudéssemos descer de cima para baixo com relação aos direitos bolivianos: primeiro, o direito à autogestão; segundo, o direito à cidadania republicana; e terceiro, o direito ao reconhecimento. Ou seja, garantir não apenas o direito à proteção social, mas também ao máximo de empoderamento. As pessoas precisam tomar responsabilidades, participar, tomar consciência de sua posição como su-

jeito social. É a dimensão do reconhecimento de que o Axel Honneth fala, e também outras teorias que apontam nessa mesma direção.

Garantidas essas dimensões do direito, o próximo passo é o direito à vida! Para além dos direitos republicanos, da cidadania, da proteção social, do empoderamento e do reconhecimento, e da inclusão, é preciso reconhecer que a vida é de todos. Viver é uma condição de todos. Isso é uma tomada de consciência; não se resume a uma lei. É algo que se passa no plano da vida, quando se toma a consciência de que o direito à água, à comida, à terra e ao ar são direitos fundamentais de todo ser vivente. E isso antecede ao direito de alguém se apropriar de qualquer um desses bens. Isso abre um questionamento radical sobre a própria noção rasa de “indicadores de crescimento econômico” e uma crítica radical à colonialidade do saber e do poder. Nós vivemos em um modelo colonial, e essa consciência em relação ao direito à vida descoloniza o sistema, “destampa” o sistema. E aí as práticas vão chegando: as práticas integrativas, o cuidado do corpo, o cuidado de si, o cuidado do outro, o cuidado do sofrimento, o cuidado das emoções. O sistema se abre para o direito à vida e para as exigências do direito à vida, que são o acolhimento, o

estar junto, os cuidados com o corpo e com a alma. Com esse movimento, torna-se possível ultrapassar o mero reconhecimento do direito do outro, o direito de ser incluído, considerado, respeitado, avançando em uma dimensão que permite o brotar do amor, da solidariedade, do estar junto, da alegria da vida na sua plenitude. E isso, parece-me, é o caminho pelo qual devemos avançar, radicalizando a luta na direção da biopolítica e do biopoder: a construção do corpo, da alma, da saúde das pessoas. E essa radicalização é também um processo de descolonização.

O SUS, em certa medida, é também uma luta pela descolonização do sistema oligárquico; ele avançou na senda dos direitos republicanos, do direito ao reconhecimento, e entrou pelo direito à vida. Porém, os colegas bolivianos têm avançado mais rápido. Eles podem parecer pequenos, mas tiveram condições de avançar mais rápido. Noventa por cento da população é de indígenas, mas quando eles tomaram consciência dessas questões, eles foram muito rápido. Nós somos mais pesados... É como a Venezuela, que também tentou romper com essas dinâmicas, mas o jogo é pesadíssimo, e as forças oligárquicas muito poderosas. Mesmo assim, é uma coisa gigantesca o que ocorre na Venezuela, com mudanças muito importantes na saúde, na educação. Tudo tem de

ser considerado. Não se fazem avanços de uma vez só. Faz-se aqui e ali. E nós temos que mapear esses avanços, para ampliar essas redes. Cada um que avança na frente abre a rede. E é preciso abrir a rede para incluir os outros e avançar em conjunto. Avanço não se faz de uma vez só. São vários níveis de lutas que vão se sucedendo, até chegar ao direito à vida. Do contrário, é colonização sobre o sistema.

Plateia 1 – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer aos organizadores do evento. Estou aprendendo coisas muito importantes, que certamente vão me ajudar muito. Meu questionamento é dirigido ao Paulo Henrique Martins, principalmente por tudo o que ele acabou de dizer sobre a escola. Há uma lógica de trabalho que favorece a construção a que se propõe o SUS, com ações voltadas para a produção social da saúde, mas eu queria discordar do Paulo Henrique, dizendo que as dinâmicas de que ele fala não ocorrem apenas na escola. Elas também estão presentes em nossas unidades de saúde. Ali, nós também encontramos uma cultura avessa à construção coletiva e também pouco afeita à defesa da vida, à colocação da vida em primeiro lugar, com respeito ao outro. Não existe essa cultura – esse é um processo de construção no qual todos estamos inseridos –, ou existe,

mas não é predominante. E eu acho importante afirmar isso, pois me parece que não ajuda muito ficar dizendo que os profissionais da educação, nesse processo articulado de construção, estão com maior dificuldade do que os profissionais de saúde. O que estamos vendo na prática é que não existe muita diferença, e que as dificuldades estão nos dois campos. E o que nos ajuda nessa construção é termos metodologias. Não me parece que nos falte desejo, ainda que seja muito importante falar disso. No entanto, parece-me que, para além disso, é preciso construir metodologias de trabalho para a construção de projetos de trabalho que sejam de fato participativos, que considerem a visão de todas as pessoas envolvidas: trabalhadores da saúde e da educação, usuários dos serviços de saúde, estudantes, famílias, a comunidade etc. Todas essas vozes devem ser efetivamente consideradas e, assim, construiremos políticas públicas de terceira geração.

Plateia 2 – Inicialmente gostaria de parabenizar e agradecer à mesa pela oportunidade de partilhar com pessoas cujo pensamento realmente transforma. É uma experiência muito boa poder pensar junto com companheiros da América Latina, com pessoas que estão vivendo esta mesma realidade. Nós muitas vezes temos uma apro-

priação da realidade por meio de textos, mas é muito importante quando pessoas que vivem essas realidades vêm até aqui para dialogar conosco. Tomando alguns elementos do que nos foi trazido pelos componentes da mesa, percebe-se uma contradição entre uma democratização (ou algo que nós esperamos que venha a ser uma democratização) e os processos de estabilização jurídica. Falo isso porque Paulo Henrique trouxe o exemplo da Constituição da Bolívia e Ximena Sánchez nos falou um pouco sobre o Chile, dizendo que o neoliberalismo está constitucionalmente amarrado em seu país. Poderíamos talvez trazer o exemplo do Brasil, quando conseguimos colocar o SUS na Constituição Federal. Na Bolívia, porém, ao menos mais recentemente, parece que se conseguiu uma espécie de estabilização jurídica em torno de alguns anseios sociais.

Eu estou colocando isso como uma contradição, porque o direito parece algo distante, feito por técnicos, dissociado da política, mas é justamente pela linguagem do direito que se expressam as opções políticas. Podemos pensar nos próprios clássicos da sociologia: Weber, ao analisar o surgimento do capitalismo na Inglaterra, nos diz que a racionalização do direito possibilitou o desenvolvimento pleno do capitalismo naquele momento.

O direito é muito fortemente marcado por essa ligação com uma espécie de pensamento do Estado que não é um pensamento, digamos assim, progressista ou libertador. Ele é muito mais provável de ter um resultado positivo quando está voltado para o liberalismo. Por mais que tenhamos conseguido inscrever princípios progressistas na Constituição Federal, seja ela brasileira ou boliviana, a interpretação desses direitos, e sua materialização na prática, é sempre muito mais fácil quando efetuada pela lógica do liberalismo. E eu acho que isso é um dilema, porque a democratização exige a constitucionalização, exige que consigamos garantir esses direitos. E ao mesmo tempo, esse direito, na medida em que ele é escrito – ou retraduzido, como diria Bourdieu (2006) –, ocorre uma espécie de “asepsia”, que elimina as questões mais propriamente sociais, e o que resta é um direito muito mais voltado à dimensão liberal.

Nora Garita e Ximena Sánchez falam de seus países e ficam evidentes as semelhanças em toda a América Latina. Parece que houve, para todos nós, a troca de ditaduras por promessas republicanas, democráticas. Muitas dessas promessas foram escritas constitucionalmente. Cada país apresentou um projeto diferenciado. Eu não sabia, mas pelo que Ximena

relatou, a Constituição do Chile também foi refeita. No Brasil, nós também passamos por um processo de reescrita da Constituição. Isso ocorreu em diversos países.

Nora nos diz que foram cinquenta anos de violência na América Central, e que agora a violência persiste de outras formas, não mais relacionada à guerra, mas à própria desigualdade. Eu acho que isso também ocorre no Brasil, no Chile. As promessas democráticas não se concretizaram. É óbvio que a democracia ainda precisa ser construída, é óbvio que precisamos avançar com nossos procedimentos democráticos, mas a própria proceduralização da democracia acaba servindo muito mais aos anseios do capitalismo liberal do que para alguma espécie de anticapitalismo. No filme *Corporation*, há uma entrevista com um pesquisador do Fraser Institute, na qual ele diz que ainda existe muito a ser privatizado. E ele afirma isso como algo positivo: – “Ainda existe muito ar, rio, água, muitas coisas a serem privatizadas.” Eu não sei se podemos romper com isso pela lógica do direito, posto que é justamente o direito que favorece isso, que garante esse tipo de pensamento.

Plateia 3 – Quero fazer uma pergunta para cada expositor. Para Ximena Sánchez, eu gostaria de replicar a

questão formulada por Alda Lacerda sobre o aborto, e que me parece ter sido esquecida. Se eu entendi bem, Ximena nos disse que não ocorrem abortos no Chile, mas eu tenho a impressão de que ela quis dizer, na verdade, que o aborto é ilegal. Aqui no Brasil também há essa ilegalidade, mas isto não impede que existam abortos. Imagino que existam abortos clandestinos no Chile, não?

Com Nora Garita, eu gostaria de voltar ao tema do feminicídio, com base no relato sobre algumas dinâmicas de violência aqui no Brasil. Segundo o Instituto Papai, ONG pernambucana que trabalha com questões de gênero, há um recorte que torna os homens jovens, negros e pobres muito mais suscetíveis a assassinatos do que o restante da população. Dito de outro modo, se você for, além de homem jovem, também negro e pobre, suas chances de acabar assassinado são muito maiores do que se você não reunir essas quatro características. Paralelo a isso, pode-se observar na sociedade brasileira a circulação de discursos que desvalorizam essas pessoas, e que as posicionam como perigosas. Em sua fala, no entanto, parece-me que ocorre o contrário com as mulheres na América Central, ou seja, há uma grande valorização das mulheres. Minha pergunta é se existe alguma dinâmica semelhante em relação às mulheres na América

Central? Há um discurso da desvalorização da mulher, ou seria exatamente o oposto disso?

Ao Paulo Henrique, eu gostaria de dizer que é muito inspirador ouvir sobre o que está acontecendo na Bolívia. No entanto, eu gostaria de tomar outra coisa que você disse, mais no início de sua fala, a respeito da nossa tradição bélica na área da saúde, que se expressa no combate ao mosquito, no enfrentamento ao *crack*. Recentemente, uma importante sanitária brasileira disse publicamente, em conferência realizada durante o congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que esta gestão do Ministério da Saúde pode entrar para a história como aquela em que a noção de “saúde como direito” foi sepultada, em nome do retorno de uma noção de “saúde como violência”. A dúvida que tenho, e sobre a qual eu gostaria de ouvir o Paulo, é se essa noção de “saúde como violência” está mesmo retornando, ou se ela jamais nos abandonou?

Platéia 4 – Inicialmente eu gostaria de agradecer à Alda Lacerda e a todos os organizadores deste evento, e aproveito para perguntar ao Paulo Henrique Martins de que forma ele vê as novas lógicas de desenvolvimento por meio de arranjos produtivos locais com essa composição entre Estado e empresas, com o uso da cultura

e do ambiente local com base nessa visão da dádiva. E, outra questão, de que forma você vê a apropriação privada dos fatos e acontecimentos, nesta construção da agenda pública, por uma imprensa essencialmente privada nos países latino-americanos?

Nora Garita – Penso que se está introduzindo uma relação muito interessante entre isso que estamos discutindo e o direito, e eu vou tentar sintetizar um pouco o que tenho percebido. Quando falamos de América Latina ou de regiões como a América Central, há particularidades muito diferentes entre cada país. Então tratamos de buscar pontos comuns, para estabelecermos algum tipo de comparação, sem jamais esquecer os limites entre o que pode ser compartilhado e o que é particular. Nesse sentido, trato de fazer uma generalização para relacionar o direito. No caso da América Central, é preciso que se comece dizendo que a dinâmica da guerra trouxe efeitos não apenas aos países nela envolvidos, mas para toda a região. E no exato momento em que a guerra chega ao fim, chega a democracia e, junto com ela, o neoliberalismo. E, justamente nesse momento, emergem novos atores sociais, inéditos. As “maiorias emergentes”, como alguns historiadores da América Central as chamam. São, porém, as maiorias que já estavam ali, que sempre esti-

veram: sempre houve índios, sempre houve mulheres, sempre houve gays, sempre houve comunidades... E, com a democracia, essas maiorias emergem, e começam a lutar por seus direitos particulares, os quais, por causa do neoliberalismo, os Estados não se propõem, de nenhuma maneira, a proteger, pois consideram que isso tudo não passa de empecilho à atividade econômica. Então, as lutas não obtêm respostas da parte do Estado. O que tem ocorrido é que o direito se modifica, criando novos delitos. E isso não ocorre apenas na América Central. Por exemplo, o modelo neoextrativista,² que corresponde à etapa atual do capitalismo, age com consciência de que vai violentar os direitos das comunidades. Há outros exemplos na Bolívia, mas eu estou falando do caso da América Central. No Panamá, por exemplo, o artigo 5 da Constituição falava do respeito aos territórios, às comunidades indígenas, mas, como o capitalismo quer sempre mais e mais, há três anos uma companhia canadense queria fazer uma mina a céu aberto em uma comunidade indígena e uma companhia hidroelétrica queria fazer um projeto também em uma comunidade indígena. E o que o

² É possível falar de um “neoextrativismo”, porque já houve, na história da América Latina, um modelo extrativista, que se manifestou de muitas formas distintas (nas minas, nas companhias bananeiras etc.).

Estado panamenho fez? Sabendo que para fazer a mina e a hidroelétrica teria de violentar a própria Constituição em seu artigo 5, optou pelo caminho mais simples: reuniram-se todos os deputados e apagaram o artigo 5! No caso da Costa Rica, que é a “democracia centenária” da região, o que ocorreu? Quando houve a emergência de novos atores sociais e de novas lutas, modificaram-se as leis. Tornou-se delito, por exemplo, organizar manifestações públicas nos largos conhecidos como “rotundas”, nas ruas, porque se diz que elas violam o direito à livre circulação dos automóveis. Ou seja, inventa-se um novo delito. Eu poderia dar vários exemplos de como o direito inventa novos delitos. Fala-se disso em toda a América Latina: a criminalização dos protestos e dos movimentos sociais. Foi assim no Peru, com o movimento de luta pela água, e é assim em todas as comunidades indígenas de toda a América Latina. Aí sim parece que temos um ponto em comum: o direito se alastra e cria delitos, e os inventa para ajudar às demandas do capitalismo.

Também gostaria de dizer que me chocou profundamente esse relato sobre as mortes de jovens negros. Eu não conhecia essa realidade e isso realmente me comove. No caso da Costa Rica, o que eu conheço sobre a morte de jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 20 anos, são as

“mortes sociais”. Meu país tem uma esperança de vida muito alta em relação à América Latina, que poderia ser ainda mais alta se não existissem essas mortes de homens jovens, com 15 a 20 anos de idade, que morrem por causa do abuso de álcool e de outras drogas, em acidentes de automóveis, em choques de masculinidades violentas. Ou seja, são mortes socialmente construídas. Eu nada sei do caso brasileiro, e me interessa muito. E acho que podemos concluir que parte do estudo da colonialidade da vida é estudar a lógica dessas mortes. Poderíamos fazer um projeto para toda a América Latina que propicie uma análise sociológica dessas mortes em jovens.

Ximena Sánchez – De fato, eu havia esquecido a pergunta feita por Alda Lacerda. No Chile, o aborto é penalizado e considerado um delito. Tampouco existe aborto terapêutico. Apenas muito recentemente, depois de dois ou três anos de intensas discussões, é que se conseguiu a autorização para o uso da pílula do dia seguinte, mas esse processo de discussão também gerou muito ruído, e a decisão terminou suspensa. É claro que existem abortos, mas como é considerado um delito, todas as estatísticas que existem são relativas, construídas apenas com base nos dados das mulheres que procuram ser-

viços de saúde por causa de problemas decorrentes de abortos. O Chile é um país bastante conservador nesses temas, e existe uma série de organizações pró-vida que se dedicam ao trabalho em torno dele. O que mais se vê não são mulheres se manifestando em defesa da descriminalização do aborto, e sim o contrário. Sempre que se debate o aborto, ou mesmo o aborto terapêutico, as polêmicas são intensas. Ou seja, estamos falando de um tema que está muito longe de ser solucionado.

No que diz respeito à questão levantada sobre o direito, acho que se trata de um tema absolutamente conjuntural. Penso que o Chile é um país bastante "especial", para não usar outra palavra. Nós vivemos um golpe de Estado, que foi um dos mais terríveis da América Latina, em 1973. Em 1980, elabora-se uma Constituição, aprovada em consulta pública, ainda sob os auspícios da ditadura. Essa é a Constituição de 1980, que segue em vigência ainda hoje. Somos o único país do mundo que passou de ditadura a democracia, sem reformar a sua Carta. Houve apenas a reforma de uns poucos artigos, e ainda assim depois de muitíssimas discussões. E nenhum desses artigos reformados toca no cerne da questão dos direitos, à exceção de um único caso, o artigo que dizia que todos os homens nascem iguais em direitos. Para as or-

ganizações que trabalham com uma perspectiva de gênero, era muito importante que o texto fosse modificado, de modo a incluir especificamente as mulheres. Porém isso era demais para os honoráveis e só depois de intensa discussão é que o texto foi modificado, e agora está escrito que todas as pessoas nascem iguais em direitos.

Existe ainda aquilo que chamamos de "leis de amarre", um conjunto de leis que foram promulgadas poucos dias antes, e em alguns casos poucas horas antes, do fim do regime militar, poucos dias ou poucas horas antes da posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto. E mais, leis que foram aprovadas com uma quantidade de votos inferior a considerada a mínima necessária.

Com a crise pela qual passa o país, e com a pressão dos movimentos sociais, tem se fortalecido a ideia de que é preciso retomar esse tema, além de se realizar uma profunda reforma tributária. Candidata nas eleições presidenciais que serão realizadas no final deste ano, a ex-presidenta Michelle Bachelet tem defendido a possibilidade de reformar a Constituição. Tem se falado, inclusive, e em diferentes setores, da possibilidade de realização de uma Assembleia Constituinte. O problema é que isso será extraordinariamente difícil, pois quando observamos o governo atual

em sua composição, há ministros do gabinete da Presidência da República que aparecem nas fotos dos anos 1980, e que compõem o grupo conhecido como “os filhos do general”. Enfrenta-se atualmente no Chile um cenário difícil, e eu às vezes penso que talvez esse seja o preço que os chilenos têm de pagar por transitar da ditadura para a democracia de uma maneira não cruenta, mas na forma de um plebiscito e de uma estrutura de democratização.

Paulo Henrique Martins – As perguntas colocadas são tão amplas que justificariam uma agenda de discussões só para elas, o que seria realmente muito interessante. Mesmo assim, prometo ser bastante sintético. Inicialmente, é preciso dizer que o mundo está dividido em forças coloniais e anticoloniais. Em todos os lugares é assim, e não é diferente na América Latina. Mais recentemente, no entanto, nós passamos a perceber a emergência de lutas coloniais e descoloniais, sendo essas últimas as lutas pela desconstrução articulada dos sistemas de conhecimento e de dominação. Não basta ser contra a escravidão, mas é preciso buscar também o que está por trás da escravidão, da cultura do consumo, da estigmatização da pobreza – todas elas formas de colonialidade. E há movimentos que lutam contra todas as formas de colonialidade, todas as suas

expressões. Descolonizar o pensamento: não basta ser contra a pobreza; é preciso também desconstruir o estigma da pobreza.

No meu entender, o SUS é o espaço mais importante numa perspectiva pós-colonial, mas que não chega ainda a ser descolonial, pois ele não desconstrói os sentidos de colonialidade – e convive, inclusive, com práticas autoritárias, oligárquicas, com hierarquias cognitivas e morais que interpelam o funcionamento do SUS o tempo inteiro. Contudo, apesar da reprodução de mecanismos de colonialidade, das práticas oligárquicas e assistencialistas, o SUS ainda é, no Brasil, o espaço em que mais se pensa a democracia e a participação. Paulo Freire é uma figura fundamental na educação, mas infelizmente, em Pernambuco, ninguém lê Paulo Freire. Então, quando eu falo de escola, eu não estou falando da escola em que você trabalha, mas das escolas primárias dos bairros, em que os professores estão brigando em cada sala de aula, da autoridade contra as crianças, demonstrando uma profunda dificuldade de sair desse discurso colonial para entender a produção de saberes a partir de outras perspectivas que não sejam a mera reprodução de conhecimento.

Eu quero dizer que existe colonialidade na educação, na saúde, em todos os campos, assim como

existem as lutas descoloniais. O que precisamos fazer é uma ruptura epistemológica, avançando na senda da descolonialidade, rompendo com estruturas de dominação e estruturas de poder. Quando trazemos à tona a questão do direito, nós ainda estamos dentro da tradição republicana e liberal, com os direitos sociais, a cidadania, mas o pensamento colonial pensa o direito como poder. Quando se diz que o Brasil tem de crescer a qualquer preço, o desenvolvimento é colocado como fetiche, ou seja, o crescimento econômico é mais importante do que a vida de cada brasileiro. Então, isso é colocado como um direito, mas não é: não está posto na Constituição. Lá está contemplado o direito à propriedade privada, mas o que esse direito está sugerindo é que o crescimento econômico implica a possibilidade de uma elite econômica se apropriar de todas as riquezas disponíveis. Isso é o que eu chamaria de um “direito como reflexo do sentimento de poder”.

E é isso que os movimentos descoloniais mais progressistas, como é o caso boliviano, já entenderam. Quando tentaram tomar-lhes a água e a terra, eles conseguiram entender que estavam tentando tomar deles algo vital. E aí, deu-se a luta para estabelecer o dom da vida contra o antidom. Parece-me que o tema do direito deve ser pensando por esse caminho: não em sua forma jurídica,

mas como expressão de um sentimento de poder, um sentimento que se funda em um entendimento teórico, em uma compreensão cognitiva, ética e estética, acerca do seu lugar no mundo. Uma questão filosófica, portanto. Qual é o meu lugar no mundo? Aliás, melhor dizer, qual o *nosso* lugar no mundo? Esse entendimento passa pelos movimentos sociais, pelos movimentos políticos, e abre a possibilidade de outra compreensão.

A ruptura epistemológica com uma forma de realidade é fundamental para o avanço dos movimentos coletivos, dos movimentos sociais e do movimento sanitário. E eu acho que esse é o dilema do SUS: estamos vivendo processos muito fortes de re-colonização, especialmente ligados à cultura do consumo, em um processo apoiado em larga escala pelo movimento sindical.³ O problema é que esse modelo se esgotou, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) pode voltar à rua a qualquer momento. E aí é preciso sustentar esse modelo, que a CUT termina ajudando a segurar, o qual está tirando recursos do posto de saúde e da previdência social para sustentar o consumo de automóveis e televisores de 50 polegadas. Ou seja,

³ O sindicalismo possui uma visão bastante limitada do processo de democratização: é a visão da fábrica, do contrato salarial. E essa visão, que é muito forte sobretudo no ABC Paulista, implica reforçar a cultura do consumo, pois quanto maior o consumo, maiores os lucros e maior o salário.

tentando segurar o pacto. E começa a desorganizar tudo.

Esse mecanismo de colonialidade pelo consumo suplanta os antigos mecanismos de colonialidade pelo saber e pelo poder. Inclusive nós, a elite intelectual, fomos muito colonizados por um pensamento eurocêntrico. Durante muito tempo e ainda hoje, nós pensamos o Brasil a partir da utopia da modernidade europeia. A Europa como o centro do mundo. E os europeus estão vivendo agora a desconstrução da Europa. Eu estive na França há um mês participando de uma discussão sobre indicadores de riqueza, e nesse momento os franceses estão com grandes dificuldades, dispondo-se inclusive a repensar a “Europa Latina”, um projeto já em curso e que envolve Itália, França, Espanha e Portugal. A Escandinávia está fora, porque o sistema de proteção da socialdemocracia funciona muito bem: metade do salário de cada pessoa vai para o governo, e uma burocracia ética administra tudo para o bem comum. Então, esse sistema está protegido, enquanto a periferia da Europa está quebrando. Ou seja, a Europa não é mais modelo para ninguém. A China avança com seu outro modelo, e por aí vamos.

A América Latina possui uma tradição de lutas anti-imperialistas e independentistas muito forte. É esse o referencial que os movimentos so-

ciais e que a esquerda têm hoje, com base no qual podem reforçar-se as lutas internas na direção de um salto epistemológico, avançando na descolonialidade das práticas. No caso brasileiro, talvez o movimento sanitário seja um dos principais movimentos, um dos mais organizados. Parece-me que temos aí uma agenda importantíssima, porque os mecanismos de colonialidade expressam-se em todos os lugares. E é por isso que eu digo: não é possível romper com isso mediante ações e conhecimentos limitados apenas ao Brasil, porque o Estado brasileiro tem exercido um discurso de colonização. E como romper com esse discurso por dentro de uma lógica colonial, por dentro da colônia? É preciso buscar outros saberes, outras experiências, outras alianças, abrir-se a outras compreensões, outras práticas, outros direitos (o que não exclui, claro, os direitos republicanos, uma nova Constituição, como no caso da Bolívia). É preciso lutar pela liberação das práticas, pela liberação da consciência da vida, porque o meu direito à liberdade política, à greve, a um bom salário só surge quando eu me sinto no mundo como um ser humano, com o meu potencial de criatividade e de força como ser humano. Viver é o poder que todos nós temos e do qual não podemos abrir mão, porque é a base de tudo. Daí se constroem todos os direitos de celebração da vida humana.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAILLÉ, Alain. A sociedade mundial no horizonte. In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 17-41.

CHILE. MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN. CASEN: Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional. Santiago de Chile: Ministerio de Planificación, 2009. Dis-

ponível em: http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/casen2009/RESULTADOS_CASEN_2009.pdf. Acesso em: 6 ago. 2013.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

SIMMEL, Georg. El pobre. In: _____. *Sobre la individualidad y las formas sociales*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. p. 218-246.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 7-18, 1998.